



Danielli Pontes Marcondes dos Santos

Tributação de Criptomoedas: A falta de legislação específica e a complexidade das transações internacionais

Caçapava, SP

2025

DANIELLI PONTES MARCONDES DOS SANTOS

**TRIBUTAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS: A
falta de legislação específica e a complexidade das transações internacionais**

Pré-projeto de monografia apresentado
como requisito básico para a aprovação na
Disciplina Trabalho de Conclusão de
Curso – Projeto de Pesquisa, do curso de
Direito da Faculdade Santo Antônio.
Orientador:

Caçapava, SP

2025

RESUMO

A pesquisa deste trabalho objetiva analisar o sistema tributário brasileiro e os desafios enfrentados diante do aumento de utilização de criptomoedas. A crescente procura por instrumentos de investimentos que utilizam como forma de pagamento a criptomoeda, impulsiona a busca de alternativas para realização de pagamentos em diversos setores da economia, por considerar o sistema tradicional burocrático e centralizado, este trabalho irá trazer a perspectiva relacionada a esse ramo de mercado, com a crescente aceitação das criptomoedas. Os instrumentos de investimento nesse setor só aumentam então este trabalho espera contribuir com a segurança financeira enfatizando a ausência de uma legislação específica que atenda as transações internacionais. Devido a natureza descentralizada, volátil e Inter territorial desses ativos digitais, existe um obstáculo para aplicar as normas fiscais tradicionais, e dificulta a arrecadação e o controle estatal. Apesar de existir normas infralegais, como a Instrução Normativa RFB nº1.888/2019, não existe no Brasil algo legal que consiga regulamentar de forma adequada as operações com criptoativos, essencialmente aquela existente nas plataformas digitais. Diante do exposto, a pesquisa irá abordar de forma qualitativa, com base na revisão bibliográfica e análise do atual cenário global, identificando quais as lacunas normativas e as possíveis soluções para conciliar a inovação tecnológica, segurança jurídica e justiça fiscal. Justificando a defesa da modernização como alicerce da tributação brasileira e a cooperação internacional para compreender e aplicar os desafios impostos pela economia digital globalizada.

Palavras-chave: Direito tributário. Blockchain. Criptomoedas. Legislação. Transações internacionais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
1.1 Problema	06
2 OBJETIVOS	06
2.1 Geral	06
2.2. Específicos	06
3. JUSTIFICATIVA	07
4. REVISÃO DA LITERATURA /OU/ REFERÊNCIAS TEÓRICOS	07
4.1 Criptomoedas e Tecnologia Blockchain	07
4.2. Direito Tributário e Criptoativos	08
4.3. Complexidade das Transações Internacionais	08
4.4. Regulação e Propostas de Enquadramento Jurídico	09
5 METODOLOGIA	09
5.1 Tipo de Pesquisa	09
5.2 Método de Abordagem	10
5.3 Procedimentos Técnicos	10
5.4 Fontes de Pesquisa	10
5.5 Delimitação Temporal e Geográfica	11
6 CRONOGRAMA	12
7 REFERÊNCIAS	13

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a inovação tecnológica transformou profundamente o mercado financeiro global, e um dos fenômenos mais disruptivos desse cenário foi o surgimento das criptomoedas. Concebidas como ativos digitais descentralizados, as criptomoedas, como o Bitcoin e o Ethereum, propõem uma nova lógica de circulação de valores, baseada em redes peer-to-peer e na tecnologia blockchain, que elimina a necessidade de intermediários tradicionais como bancos e instituições financeiras.

Essa revolução digital trouxe desafios significativos aos sistemas jurídicos e fiscais, especialmente no que diz respeito à tributação. A natureza descentralizada, volátil e transfronteiriça das criptomoedas dificulta a atuação do Estado na regulamentação e fiscalização dessas operações. No Brasil, embora existam normativas infralegais, como a Instrução Normativa RFB nº 1.888/2019, ainda não há uma legislação tributária específica que discipline de forma clara e abrangente o tratamento fiscal dos criptoativos, particularmente em transações internacionais.

A complexidade aumenta à medida que as transações envolvendo criptomoedas muitas vezes ocorrem entre agentes localizados em diferentes países, sem jurisdição definida, e com pouca ou nenhuma transparência. Essas operações internacionais desafiam os princípios tradicionais da tributação, como a territorialidade, a residência fiscal e a fonte de renda, exigindo uma reinterpretação das normas vigentes e, possivelmente, a criação de novos marcos legais que deem conta da realidade digital global.

Nesse contexto, a ausência de uma legislação tributária específica no Brasil compromete não apenas a segurança jurídica dos contribuintes, mas também a eficiência arrecadatória do Estado e o combate à evasão fiscal. Além disso, o cenário internacional é igualmente heterogêneo, com países adotando abordagens distintas quanto à classificação, à tributação e ao controle de operações com criptoativos, o que contribui para a fragmentação do sistema jurídico-tributário global.

Diante disso, este trabalho propõe-se a analisar os principais entraves enfrentados pelo ordenamento jurídico brasileiro em relação à tributação de criptomoedas, com foco na ausência de legislação específica e nos desafios impostos pelas transações internacionais. A pesquisa busca compreender como o Brasil pode adaptar seu sistema tributário à nova realidade digital, observando experiências internacionais e sugerindo caminhos para uma regulação mais eficiente, justa e segura.

Para tanto, serão abordados os aspectos conceituais e técnicos das criptomoedas, o panorama regulatório nacional e internacional, os desafios práticos da fiscalização e os principais obstáculos enfrentados pelos entes tributantes diante da globalização dos ativos digitais. Com base nessa análise, pretende-se contribuir para o debate jurídico e propor possíveis soluções normativas capazes de integrar a inovação tecnológica aos princípios fundamentais do Direito Tributário.

1.1 PROBLEMA

A crescente utilização de criptomoedas em escala global tem evidenciado uma lacuna significativa na legislação tributária brasileira, especialmente diante da complexidade das transações internacionais. Essas operações, muitas vezes realizadas de forma descentralizada, anônima e transfronteiriça, dificultam a identificação dos contribuintes, a definição da competência tributária e o cumprimento das obrigações fiscais. O problema, portanto, reside na ausência de um marco legal específico e eficaz que permita ao Estado regular e tributar adequadamente os criptoativos em um cenário globalizado.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar os impactos da ausência de legislação específica sobre a tributação de criptomoedas no Brasil, com ênfase na complexidade das transações internacionais.

2.2 Específico

- Compreender o funcionamento das transações internacionais com criptoativos.
- Investigar como diferentes países estão regulando e tributando operações transfronteiriças com criptomoedas.
- Avaliar os limites da legislação brasileira vigente, com foco na Instrução Normativa RFB nº 1.888/2019.
- Identificar os principais desafios jurídicos e fiscais associados às transações internacionais.
- Apresentar propostas de aprimoramento legislativo para uma tributação mais eficaz e compatível com o ambiente digital global.

3 JUSTIFICATIVA

O avanço da tecnologia e a internacionalização das transações em criptomoedas desafiam os sistemas tributários tradicionais, exigindo respostas jurídicas modernas e eficazes. No Brasil, a falta de uma legislação específica sobre tributação de operações internacionais com criptoativos expõe vulnerabilidades no sistema fiscal e amplia o risco de evasão. Este estudo é relevante por contribuir para o debate jurídico-tributário, apontando caminhos para um modelo de tributação mais justo, eficaz e compatível com a realidade digital global.

4 REVISÃO DA LITERATURA /OU/ REFERÊNCIAS TEÓRICOS

A tributação de criptoativos é um tema recente e ainda em processo de consolidação no âmbito jurídico, econômico e tecnológico. Para compreender os desafios existentes, especialmente no que se refere à ausência de legislação específica e à complexidade das transações internacionais, é necessário examinar a literatura sobre três eixos principais:

- (i) o funcionamento técnico das criptomoedas e da tecnologia blockchain;
- (ii) os fundamentos do direito tributário aplicados aos criptoativos;
- (iii) as abordagens internacionais e os modelos regulatórios emergentes.

4.1. Criptomoedas e Tecnologia Blockchain

As criptomoedas surgiram como uma inovação disruptiva no setor financeiro. O Bitcoin, criado por Satoshi Nakamoto (2008), é considerado o primeiro ativo digital descentralizado baseado em blockchain. A blockchain é um livro-razão público e imutável, onde as transações são registradas em blocos validados por consenso distribuído. Autores como Antonopoulos (2017) destacam que essa estrutura elimina intermediários e garante segurança, mas também dificulta a identificação das partes envolvidas nas transações.

Essas características técnicas — como o pseudonimato, a ausência de jurisdição única e a interoperabilidade entre plataformas — impactam diretamente o controle estatal sobre operações financeiras, especialmente no campo tributário.

4.2. Direito Tributário e Criptoativos

O direito tributário brasileiro ainda não dispõe de uma norma específica que trate da tributação das criptomoedas. A Instrução Normativa RFB nº 1.888/2019 exige que pessoas físicas e jurídicas informem à Receita Federal operações com criptoativos acima de R\$ 30.000,00 mensais, mas não define com precisão a natureza jurídica desses ativos nem regulamenta aspectos essenciais como o momento do fato gerador ou a base de cálculo do imposto.

Autores como Carrazza (2022) e Sabbag (2023) argumentam que a ausência de lei formal específica compromete o princípio da legalidade tributária e gera insegurança jurídica. A doutrina diverge quanto à natureza jurídica dos criptoativos — alguns os consideram moeda estrangeira, outros como mercadoria ou ativo financeiro —, o que influencia diretamente na forma de tributação (IRPF, IRPJ, ganho de capital, etc.).

4.3. Complexidade das Transações Internacionais

As transações internacionais com criptoativos representam um dos maiores desafios à fiscalização. Devido à natureza global da internet e à facilidade de transferência entre carteiras digitais em diferentes jurisdições, o fisco encontra dificuldade em rastrear operações, identificar contribuintes e aplicar regras de residência fiscal ou de origem da renda.

A OCDE (2020) tem alertado para o aumento do uso de criptoativos em esquemas de evasão e planejamento tributário agressivo. Países como Estados Unidos, Alemanha e Portugal adotaram diferentes abordagens quanto à tributação desses ativos, revelando a ausência de uniformidade internacional e a dificuldade de harmonização normativa.

Autores como Amaral (2021) e Lopes (2022) defendem que é urgente o desenvolvimento de padrões internacionais para troca de informações sobre criptoativos, bem como a revisão dos tratados para evitar a dupla tributação no contexto digital.

4.4. Regulação e Propostas de Enquadramento Jurídico

A Lei nº 14.478/2022 (Marco Legal dos Criptoativos), embora avance ao reconhecer e disciplinar prestadores de serviços de ativos virtuais no Brasil, não trata especificamente da tributação. A lacuna normativa tem sido parcialmente preenchida por pareceres da Receita Federal e decisões pontuais, mas ainda sem a força de uma legislação clara e sistemática.

A doutrina tem proposto soluções como:

- a criação de um regime tributário específico para criptoativos;
- a adoção de normas internacionais de reporte automático de operações (como o *Crypto-Asset Reporting Framework* da OCDE);
- e a inclusão de cláusulas específicas em tratados internacionais.

Essas propostas demonstram a urgência de se estabelecer uma base legal sólida, que permita ao Estado tributar de maneira eficiente, sem comprometer os princípios constitucionais e sem afastar a inovação tecnológica.

5 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho visa oferecer uma análise crítica e fundamentada acerca dos desafios enfrentados pela legislação tributária brasileira diante da crescente utilização de criptomoedas, especialmente nas operações internacionais. A abordagem metodológica está estruturada conforme os seguintes eixos: tipo de pesquisa, método, procedimentos técnicos e fontes de pesquisa.

5.1. Tipo de Pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa **qualitativa**, com enfoque **exploratório e descritivo**. A natureza qualitativa permite compreender em profundidade os aspectos jurídicos, técnicos e econômicos envolvidos no fenômeno dos criptoativos, bem como identificar lacunas, riscos e possibilidades regulatórias no campo tributário.

A pesquisa exploratória é adequada por tratar-se de um tema ainda emergente e com escassa normatização consolidada no Brasil. A vertente descritiva contribui para

o mapeamento de conceitos, práticas e modelos internacionais de tributação de criptoativos.

5.2. Método de Abordagem

Utiliza-se o **método dedutivo**, partindo de premissas gerais do Direito Tributário e das características técnicas das criptomoedas para, em seguida, analisar seus reflexos na realidade normativa brasileira. O método permite identificar conflitos entre a legislação existente e os novos paradigmas introduzidos pela economia digital descentralizada.

5.3. Procedimentos Técnicos

Os principais procedimentos utilizados foram:

- **Revisão bibliográfica:** análise de livros, artigos científicos, teses e dissertações que abordam a tributação de ativos digitais, direito digital, blockchain e inovação regulatória;
- **Análise documental:** estudo de leis, normas infralegais, pareceres da Receita Federal, relatórios da OCDE, decisões judiciais e projetos de lei relevantes ao tema;
- **Pesquisa comparativa:** exame de modelos regulatórios adotados por países como Estados Unidos, Alemanha, Portugal e El Salvador, com o objetivo de verificar experiências que possam inspirar o ordenamento jurídico brasileiro.

5.4. Fontes de Pesquisa

As fontes utilizadas incluem:

- **Fontes primárias:** legislação nacional (como a IN RFB nº 1.888/2019 e a Lei nº 14.478/2022), pareceres técnicos, relatórios de órgãos internacionais (OCDE, GAFI), jurisprudência e tratados internacionais.
- **Fontes secundárias:** doutrinas jurídicas, artigos acadêmicos, publicações especializadas, estudos de caso e materiais de entidades do setor financeiro e tecnológico.

5.5. Delimitação Temporal e Geográfica

A pesquisa concentra-se no contexto brasileiro, com recortes comparativos internacionais. O recorte temporal abrange principalmente o período entre **2019 e 2025**, período marcado pelo avanço das regulamentações de criptoativos no Brasil e no exterior, incluindo o debate legislativo e a entrada em vigor do Marco Legal dos Criptoativos (Lei nº 14.478/2022).

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, com método de investigação exploratório e descritivo. A pesquisa será baseada em revisão bibliográfica e documental, a partir da análise de livros, artigos acadêmicos, legislações, pareceres jurídicos e publicações de órgãos oficiais, como a Receita Federal, Banco Central, CVM, OCDE e normativos internacionais. Também será realizada uma análise comparativa com sistemas jurídicos estrangeiros, especialmente os de países que já possuem regulação tributária mais avançada no campo dos criptoativos, como Estados Unidos, Portugal, Alemanha e El Salvador. A metodologia visa proporcionar uma compreensão abrangente dos desafios jurídicos e fiscais das criptomoedas, com ênfase na ausência legislativa e nas complexidades das transações internacionais.

6 CRONOGRAMA

O presente trabalho será desenvolvido entre os meses de fevereiro e junho de 2025, conforme as exigências do calendário acadêmico. As atividades foram organizadas de forma progressiva, respeitando a complexidade de cada etapa do TCC e garantindo a entrega do trabalho final dentro do prazo estipulado pela instituição.

Etapa	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Escolha do tema e delimitação do problema	✓				
Levantamento bibliográfico preliminar	✓	✓			
Redação da introdução e justificativa		✓	✓		
Desenvolvimento dos capítulos teóricos			✓	✓	
Análise documental e metodologia			✓	✓	
Redação das considerações finais				✓	✓
Revisão final e formatação					✓
Entrega e apresentação do TCC					✓

7 REFERÊNCIAS

1. Fundamentos Técnicos

- Nakamoto, S. – *Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System*
- Antonopoulos, A. – *Mastering Bitcoin*
- Tapscott, D. – *Blockchain Revolution*

2. Direito Tributário e Internacional

- Carrazza, Roque Antonio – *Curso de Direito Constitucional Tributário*
- Sabbag, Eduardo – *Manual de Direito Tributário*
- Amaral, Antônio Celso – *Tributação Internacional: fundamentos e práticas*

3. Regulação e Criptoativos

- Bioni, Bruno Ricardo – *Proteção de Dados e Regulação da Tecnologia*
- Pareceres da Receita Federal e CVM
- Lei nº 14.478/2022 (Marco Legal dos Criptoativos)
- OCDE – *Taxing Virtual Currencies: An Overview of Tax Treatments and Emerging Tax Policy Issues*